



DOSSIÊ



Gênero, Sexualidade e Currículo: Mapeamento das Pesquisas Acadêmicas no Nordeste Brasileiro

Linda Brasil Azevedo SANTOS, *Universidade Federal de Sergipe*

Ann Letícia Aragão GUARANY, *Universidade Federal de Sergipe*

Lívia de Rezende CARDOSO, *Universidade Federal de Sergipe*

Resumo: Diante do atual contexto conservador e de exclusão de gênero das políticas públicas, é de fundamental importância para educação a elaboração de pesquisas sobre essa temática em todos os espaços e níveis educacionais. O objetivo deste artigo é mapear as pesquisas em educação sobre gênero, sexualidade e currículo produzidas nos programas de pós-graduação stricto sensu da região Nordeste do Brasil, presentes na plataforma digital BDTD. Na categoria currículo, a que focaremos neste artigo, encontramos 39 pesquisas que têm como objeto de estudo uma intersecção do objeto de pesquisa currículo com gênero e sexualidade. No geral, as pesquisas envolveram práticas educativas, elementos das estruturas curriculares, seus objetivos educacionais, conteúdos, discussões do papel da escola e da universidade e avaliação de documentos como PCN e BNCC. Abordaremos ao longo do artigo esses elementos, uma descrição das pesquisas e suas contribuições para área.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Sexualidade. Currículo.



Introdução

A redução dos investimentos na educação brasileira; o avanço do movimento escola sem partido, que impõe uma irreal neutralidade a professoras/es em sala de aula, impedindo o desenvolvimento do senso crítico em atividades curriculares; e a retirada das discussões de gênero em alguns planos municipais, estaduais e nacionais, pressionada por políticos ligados ao conservadorismo e fundamentalismo religioso contra ao que convencionaram chamar “ideologia de gênero” que iria de encontro aos princípios da família tradicional brasileira; são alguns exemplos de um movimento de retrocesso que a educação brasileira está atravessando.

Os estudos sobre gênero e sexualidade são vistos como uma ameaça por grupos reacionários porque questionam a heterocisnormatividade, o determinismo biológico e os discursos normalizadores. Questionar o determinismo biológico e falar sobre sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual ainda é visto com resistência, tanto dentro do seio familiar quanto nas escolas. A dificuldade em discutir esses temas é apontada por estudiosos/as como uma das razões da grande violência de gênero e sexual em nossa sociedade. O Brasil é o quinto país que mais violenta mulheres no mundo (WAISELFISZ, 2016) e o que mais mata pessoas LGBTI+ (MICHELS, 2019).

Diante desse contexto, é de fundamental importância para educação a produção de pesquisas sobre temas como diversidade sexual e de gênero em todos os espaços educacionais, enquanto lócus privilegiados de produção de subjetividades. A partir dessa necessidade, pesquisas foram impulsionadas consideravelmente a partir de 2008 por parte de pesquisadoras/es dos Programas de Pós-Graduação (PPG) do Brasil (FELIX, 2018).

A partir do levantamento realizado, percebemos que nos programas de pós-graduação do Nordeste do Brasil há ainda grande dificuldade na realização de pesquisas sobre o tema e um número reduzido de trabalhos. No recorte que propomos para este artigo, apresentamos as pesquisas encontradas dentro do categorizado na interseção com o objeto: currículo. Assim, o objetivo deste artigo é mapear as pesquisas em educação sobre gênero, sexualidade e currículo produzidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da região Nordeste do Brasil. Seguimos a partir das seguintes inquietações: Quais objetos de estudo são priorizados? Como os resultados das análises podem fomentar políticas públicas educacionais? De quais modos os sujeitos da



educação têm ganhado visibilidade? Que conceitos de gênero e sexualidade são desenvolvidos nas pesquisas?

Para tanto, foi realizada uma pesquisa do tipo Estado da Arte por meio de uma abordagem quanti-qualitativa para conhecer o que já foi produzido sobre gênero, sexualidade e currículo na região, buscando compreender quais as contribuições para a educação brasileira. Romanowski e Ens (2006) afirmam que para desenvolver a pesquisa tipo estado da arte ou estado do conhecimento é necessário compreendê-la como um estudo descritivo, pois produz uma situação com uma condição específica e de amostra aleatória e analítica.

Tais autoras apresentam os seguintes passos para a realização de uma pesquisa deste tipo: definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas; localização dos bancos de pesquisas; elenco de critérios para a seleção do material que compõe o *corpus* do estado da arte; levantamento de teses e dissertações catalogadas; leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar, considerando o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias, conclusões, e a relação entre o pesquisador e a área; e a organização do relatório do estudo compondo a sistematização das sínteses, identificando as tendências dos temas abordados, as relações indicadas nos trabalhos e análise e a elaboração de conclusões preliminares.

O levantamento dessa pesquisa foi realizado em junho de 2019, na plataforma digital BDTD, com os descritores “gênero, sexualidade, educação”, resultando em 403 teses e dissertações. A partir daí, selecionamos os trabalhos defendidos somente em Programas de Pós-Graduação da região Nordeste, que correspondeu a 24% do total nacional, dos quais foram lidos os resumos. Segundo Ferreira (2002, p. 269), “o resumo permite outras descobertas, se lido e interrogado para além dele mesmo, quando lido numa prática criadora vivida fora dos preceitos previstos pelo autor do resumo”. É importante identificar que nem todos os resumos são estruturados da mesma maneira e que muitas vezes se percebe a falta de um ou mais itens convencionais. Dessa forma, foi necessária uma leitura mais aprofundada dos trabalhos para alcançar uma visão geral dos estudos selecionados e, assim, fazer uma avaliação mais criteriosa.

Após a leitura dos resumos das 98 pesquisas encontradas com os descritores na região Nordeste, realizamos a categorização por objeto de estudo, resultando em 39 trabalhos que têm como objeto o currículo, 22 a



formação docente, 22 as práticas pedagógicas e 15 analisam vivências de alunos/as e/ou professores. Na categoria currículo, a que focaremos neste artigo, encontramos pesquisas que realizam uma intersecção entre currículo, gênero e sexualidade. Consideramos que enfocaram currículos tanto as que utilizaram um conceito curricular restrito – como mero elenco de disciplinas em algum nível da educação formal (SILVA, 2005) – quanto no amplo – que abarcam quaisquer artefatos culturais por demandarem modos de ser específicos aos sujeitos a que se endereçam (PARAÍSO, 2004).

Na próxima seção, os 39 trabalhos foram descritos em ordem cronológica, evidenciando objetivo geral, método e principais resultados. Na seção seguinte, analisamos o panorama de pesquisa em gênero, sexualidade e currículo para delinear e avaliar o campo das produções acadêmicas na região. Por fim, tecemos mais algumas considerações em relação às possibilidades de pesquisas frente aos aprofundamentos e silenciamentos identificados por meio deste levantamento.

O Que Dizem as Produções Acadêmicas?

Para apresentar as teses e dissertações produzidas na região Nordeste dentro do escopo dos trabalhos em gênero, sexualidade e currículo descreveremos e apontaremos os principais aspectos de cada uma das 39 pesquisas em ordem cronológica de defesa.

A dissertação de Castro (1999) buscou entender como nos ambientes familiar e escolar são vivenciadas e reforçadas as relações de gênero, a partir da observação direta e de entrevistas com mães, pais, professoras, professores, diretor, meninos e meninas de duas escolas nos sítios Salgadinho e Curralinho - PB. Os resultados produzidos pela análise dos discursos e diários de campo mostram a cumplicidade de homens e mulheres em reforçar estereótipos e padrões existentes. A hierarquização e diferenciação dos papéis é mais enfática no local mais desenvolvido economicamente, desmistificando a ideia de que em ambiente rural as vivências são perpassadas pelo arcaico e conservador.

Bispo Júnior (2004) analisou o processo da construção do gênero masculino entre alunos de colégio subordinado à Ordem dos Jesuítas, entre 1911 e 1949. Através de pesquisa em arquivos, projeto pedagógico, perfil social do alunado e entrevistas com ex-alunos e professores, o trabalho mostra como a construção da masculinidade na escola guarda



estreita ligação com a relação de poder entre os gêneros. Porém, mesmo sob a força da disciplina, o processo de construção masculina não ocorria sem conflitos, pois os rapazes geralmente renegavam as orientações, constituindo uma identidade masculina mais leiga que religiosa. O feminino era presente em culto à Maria, recomendações de não assemelhamento com mulheres ou proibições de determinadas leituras, o que demonstra que a construção de uma identidade sempre se constrói a partir do outro.

A dissertação de Uzêda (2006) discutiu a compreensão de mulheres com síndrome de Down sobre sexualidade, identidade e papéis de gênero, verificando como os estigmas de subordinação e inferioridade reforçam ideias de incapacidade e imaturidade. A partir de um estudo de caso desenvolvido numa escola especial, realizou observação de aulas e oficinas pedagógicas e dos prontuários das participantes. Constatou que ser mulher e ter deficiência mental tende a configurar uma identidade duplamente ameaçada ou desfavorecida pelos rótulos de incapacidade, passividade, dependência e subordinação, além da existência de educação sexual repressora e infertilizadora que reforça dependência e contribui para uma visão distorcida sobre corpo e sexualidade.

A tese de Oliveira (2005) buscou conhecer a diversidade sexual produzida por órgãos oficiais de educação e analisar como está sendo articulada no campo escolar por profissionais da rede pública em Recife. Analisou documentos e entrevistas com representantes de instituições, professores/as e gestoras à luz da teoria do discurso. Percebeu que o discurso pedagógico se articula por quatro lógicas sociais principais: educação inclusiva, direitos humanos, reconhecimento das identidades/diferenças e da prática pedagógica de orientação sexual. Os educadores interpretam essas lógicas a partir de suas vivências que se transformam em discursos pela caridade cristã, de cunho legalista, de sensibilidade para com a discriminação e pela tolerância que mascara práticas pedagógicas heteronormativas.

Sousa (2006) investigou políticas de educação no Brasil na relação com as políticas estaduais e municipais de Belo Jardim entre 1995 e 2002, buscando entender a participação dos municípios na construção e efetivação de políticas federais de educação, tendo como foco as relações de gênero. Analisou documentos e narrativas de gestoras, técnicas e docentes da rede municipal, concluindo que os documentos elaborados pelo município, além de não ter discussões de gênero entre suas pautas, são, em maioria, adaptações ou recortes de outras políticas não



representando avanço ou autenticidade. Observou que os professores buscam nas suas experiências pessoais e no senso comum as respostas para as questões gênero e sexualidade que se colocam apelando à coerção, à moralidade, à religiosidade e à proibição.

A dissertação de Silva (2010) teve o objetivo de investigar as memórias de empregadas domésticas no trabalho e na educação escolar. Apoiou-se no materialismo histórico para discutir dados obtidos nas entrevistas com dez mulheres do Maranhão inseridas precocemente no trabalho doméstico. Aponta que as mulheres, em geral de famílias pobres, de muitos filhos e de origem rural, foram vítimas de diversos tipos de violência e ausência de direitos, além de que o trabalho doméstico foi determinante para o abandono dos estudos, o que contribuiu para a reprodução da condição social e para a assimetria de gênero e classe.

A dissertação de Souza (2010) buscou compreender a sexualidade na adolescência a partir das dimensões afetivas, sexuais e sociais, analisando as representações sobre o “ficar” em discursos de adolescentes entre 15 a 17 anos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/PB, por meio de observação, questionários e grupos de discussão. Concluiu que o “ficar” se relaciona com uma maior abertura para as questões que envolvem a sexualidade, convivendo com a contradição expressa através de antigos valores que fundamentam a sexualidade entre os gêneros e com os padrões estéticos estabelecidos, estereótipos e discriminação.

A pesquisa de Silva (2010) analisou as manifestações da sexualidade e gênero na adolescência dos índios potiguaras, a partir da perspectiva de seus professores, em Baía da Traição/PB, relacionando as contradições entre índios e não-índios. Através de um estudo exploratório e de entrevistas com educadores percebe a necessidade de refletir acerca da educação escolar indígena, sobretudo no enfoque de gênero e sexualidade, considerando a carga cultural desses povos e os processos de miscigenação e aculturação.

Santos (2011) em sua dissertação analisou o currículo de graduação em Enfermagem da Universidade Estadual da Paraíba. Utilizou a análise documental do projeto pedagógico, planos de ensino e trabalhos de conclusão de curso, à luz dos Estudos Culturais e de Gênero. Afirma que a enfermagem brasileira preservou aspectos de submissão, abnegação e subserviência contribuindo para a legitimação do paradigma androcêntrico e de poder e hierarquização do saber da Medicina sobre o



da Enfermagem. Percebe que a formação em enfermagem tem se centrado no modelo biomédico, tecnicista e na indiferença das relações de gênero e suas implicações para a saúde.

A tese de Joca (2013) teve como objetivo conhecer percursos e interações juvenis procurando compreender como essas sociabilidades se mobilizam por dispositivos de gênero e sexualidades, a partir das experiências de ocupações de espaços públicos de lazer em Fortaleza. Utilizou-se de etnografia urbana por observação participante, grupos de discussão, entrevistas individuais, diário de campo e registro fotográfico. Os resultados descrevem como uma diversidade de estilos e orientações sexuais mobilizam-se tendo como referência a produção de estéticas e/ou performances corporais em um campo de tensões paradoxais que, ora reafirmam as condutas hegemônicas como a assimetria de gênero e a masculinidade heteronormativa, ora as subvertem e as ressignificam.

A dissertação de Silva (2013) buscou conhecer percepções de adolescentes de uma escola pública de Recife em relação à iniciação sexual, através de entrevistas. Apontou que adolescentes vinculam o início da vida sexual com uma estruturação em vários sentidos: maturidade corporal e psíquica, conclusão dos estudos, orientação familiar, responsabilidade, independência financeira e casamento. Percebe também que a negação da sexualidade na adolescência dificulta a experimentação saudável e informada a partir do reconhecimento do direito à educação sexual com privacidade, sigilo e sem discriminação. Apontou também o desconhecimento da mulher em relação ao próprio corpo como reflexo do controle social, compreendendo como a construção do ser feminino e masculino contribui para preconceitos e injustiças que dificultam a vivência da sexualidade por ambos os gêneros.

A dissertação de Silva (2014) analisou como foram ressignificadas identidades de gênero e sexualidades na escola municipal Padre Simão Fileto, de Cubati-PB, desde os anos de 1970. Partiu das histórias de vida de professores, diretores, secretários escolares e de educação, alunos e alunas da escola. Problematizou a escola como instituição que marca o silêncio, a disciplina e os dispositivos sobre as sexualidades, apresentando sujeitos envolvidos em um mundo de controle, marcado por inúmeras redes comunicacionais que contribuem para novas construções subjetivas, apontando para novos tempos que provocam posturas de defesa, estranhamento, retração, audácia, ousadia, exposição de si, demonstrando urgência de uma reconfiguração do espaço escolar, assim como de suas práticas pedagógicas.



A tese de Dantas (2014) analisou a ausência do beijo no audiovisual “Torpedo” que revela o namoro entre duas alunas lésbicas. A partir dos Estudos Culturais e do conceito de performatividade curricular, avaliou a resposta de um grupo de professoras de uma escola pública estadual de Salvador, sobre propostas de mudanças na história do vídeo. Como resultado, nenhuma professora sugeriu um final diferente, reiterando, o caráter hegemônico dos padrões tradicionais na ausência de representações não heterossexuais na escola e na mídia. Verificou, também, que é necessário capacitar o professor para repensar as estruturas vigentes, as identidades hegemônicas heterossexuais ou não, desnaturalizando verdades conhecidas como absolutas para construção de uma escola mais justa, menos homofóbica, capaz de representar, atender, servir a todos e todas.

A dissertação de Barros (2014) buscou compreender as experiências das travestis no contexto escolar, no município de Cabo de Santo Agostinho/PE. Para isso, foram aplicados questionários sociodemográficos e oficinas com grupo de travestis, ancoradas na perspectiva de pesquisa participante. Foram percebidas diferentes experiências escolares, relatos de violência física, institucional, psicológica, mas também narrativas de acolhimento, demonstrando uma melhora nas condições de permanência em algumas escolas. Porém, o uso do banheiro e do nome social continuam sendo zonas conflituosas, denotando a importância do aprofundamento das discussões de gênero relacionadas a travestis.

Vasconcelos (2014) defendeu a dissertação que objetivou problematizar a emergência da feminização da Educação Infantil e seus efeitos na articulação com políticas públicas brasileiras, orientada pelos estudos culturais e de gênero pós-estruturalista, a partir da análise de documentos oficiais de políticas públicas para Educação Infantil. Os documentos analisados, ainda que atentos a movimentos sociais, permanecem fomentando competências generificadas para a educação de crianças por meio de dispositivos de gênero e sexualidade e ideais regulatórios heteronormativos que aprisionam a figura da mãe-mulher-professora.

A dissertação de Mourão (2015) analisou práticas de preconceito e tolerância em escola pública de Fortaleza. A partir de oficinas, identificou oito analisadores que se relacionaram às práticas de preconceitos que mais incomodaram na escola: sexualidade e gênero; padrões de beleza e modos de ser; bullying; racismo; diferenças de classe



social; professores e alunos; deficiências; e religião. Já nas práticas de tolerância, os analisadores foram: ideais de igualdade e de liberdade; imperativos da lei e a judicialização da vida; atitudes religiosas resignadas e passivas; e atitudes serenas e respeitadoras. No agenciamento preconceito-tolerância, observou que ideais de igualdade e celebração da diferença são modos de legitimar preconceitos, podendo se configurar como potentes produtores de verdade.

A dissertação de Silva (2015) analisou contribuições para a prática pedagógica em relação às construções de gênero na Educação Infantil. Realizou levantamento em artigos publicados nas principais revistas de educação e gênero, nos GT 07 e 23 da ANPED e nos editais do evento “Fazendo Gênero”. A partir da análise de conteúdo, avaliou 138 trabalhos, dos quais 30 foram selecionados por se relacionarem à Educação Infantil. Apontou que a pesquisa na área se concentra nas regiões Sul e Sudeste, com predominância de autoras mulheres e de referenciais teóricos no campo dos Estudos Culturais, pós-estruturalismo, Sociologia da infância e estudos feministas, com maior uso de referências estrangeiras, utilizando-se da identidade como conceito que embasa as construções de gênero. A maior parte das pesquisas se volta para relatos sobre a (des)construção das identidades de gênero das crianças nesse nível de ensino, que evidenciam a reprodução de identidades de gênero binárias e dicotômicas e relações de gênero sexistas e heteronormativas, sendo menor o número de pesquisas que focam o desenvolvimento de ações para superar essas assimetrias.

A dissertação de Belarmino (2015) investigou como cadernos escolares ensinam às crianças como devem ser e se comportar em relação às identidades de gênero e sexualidade. Apoiou-se nos Estudos Culturais e na Pedagogia Cultural pós-estruturalista, analisando 40 cadernos escolares nas séries Jardim II, 1º, 2º, 3º anos, de escolas públicas e privadas de Pernambuco. Concluiu que estes cadernos são artefatos com potência para a construção de identidade de gênero e sexualidade que indicam formas de normalização de sujeitos do ponto de vista heteronormativo, do modelo da família nuclear como uma prática humana digna, correta e verdadeira, e que distinguem posições de sujeitos de gênero bem delineadas por marcadores sociais, como as cores. Os pontos de fuga se apresentaram menos frequentes, o que aponta para a necessidade de problematização desse tema na formação docente.

A dissertação de Nascimento (2015) objetivou compreender a rede discursiva que vem se constituindo no discurso midiático sobre bullying



na escola e seu papel na formação do sujeito docente na revista Nova Escola entre os anos de 2008 e 2011. Balizada nos Estudos Culturais, indicou que o discurso do bullying na escola se sustenta na coexistência com outros objetos de saber, como gênero, raça, sexualidade, homofobia, violência doméstica, delinquência juvenil e classe social. Aponta haver uma apropriação pelo discurso midiático que promove a veiculação de dicas, sugestões, métodos de abordagem com os alunos e exemplos de ações de sucesso contra o bullying, centradas na responsabilização do professor.

Duarte (2015) analisou como a escola e seus profissionais lidam com diversidades sexual e de gênero. Usou entrevistas e rodas de conversas com doze educadores e estudantes de uma escola estadual do ensino médio reconhecidos como homossexuais ou travestis. A noção de gênero entre educadores aparece ligada ao par masculino-feminino, a de sexualidade ao comportamento e à afetividade e a de orientação sexual à opção sexual. A diversidade é associada à inclusão de pessoas com deficiência e sobre sexualidade o que mais preocupa é a gravidez. Todos afirmaram ter sofrido/presenciado agressão, porém, a discriminação ainda é respaldada por atitudes conservadoras ou negligentes da escola associadas ao despreparo dos profissionais que superficializam preconceitos e silenciam.

Veras Neto (2015) analisou o discurso de gênero e sexualidade nos livros de literatura infantil e problematizou as representações de gênero e sexualidade nesse discurso. Nas análises utilizou-se de Foucault e problematizações dos estudos feministas. Concluiu que o discurso de gênero e sexualidade na literatura analisada tem a função de transmitir valores de uma sociedade patriarcal, pois muitos trazem mulheres que aparentemente apenas se completam quando exercem funções de mãe, dona de casa e esposa. Em todos os livros o foco da narração é o homem, enquanto a mulher nunca é provedora da família, com exceção de um livro. Outro fato interessante é o discurso religioso sempre presente.

A dissertação de Barreira (2015) problematizou a produção da heteronormatividade e da homofobia na educação pública de Fortaleza. A partir dos Estudos Culturais, foucaultianos e da Teoria Queer, aplicou questionários com professores, funcionários e alunos para formar grupos focais. Concluiu que a homofobia velada é manifestada por agressões verbais e balizada por discurso heteronormativos e que apesar dos alunos aparentarem mais flexibilidade para com a diversidade, professores/as consideram que suas falas não suscitam ódio, apenas têm o intuito de



brincar. Aponta que a formação docente é uma das maiores dificuldades para o respeito à diversidade e uma educação cidadã.

A dissertação de Oliveira (2016) objetivou analisar as produções de subjetividades de docentes e discentes em um currículo de escola católica no interior de Sergipe. Foram analisados documentos pedagógicos e histórias orais, tomando relações de gênero, corpo e sexualidade como categorias. As questões de gênero e sexualidade estavam presentes no currículo escolar religioso, seja em normas, regulações dos sujeitos que marcam espaços, lugares e coisas de meninos e meninas, numa perspectiva da heteronormia em que as regulações e os silenciamentos dos/as professores/as instituem discursos e práticas de subjetivação. Porém, apesar da vigilância, surgem subversões num processo de transgressão ao discurso religioso e biológico predominantes.

Gomes (2016) analisou ações implementadas pelo Programa Brasil sem Homofobia em João Pessoa, a partir de sua transversalidade com as políticas públicas e das interfaces com o movimento LGBT. Fez uma análise documental do Programa e de outros materiais produzidos localmente entre 2004 e 2009 e realizou entrevistas semiestruturadas com militantes LGBT e representantes de projetos de políticas específicas. Percebeu que o Estado brasileiro foi pressionado internacional e nacionalmente para apresentar alternativas de proteção da população LGBT e que as políticas públicas elaboradas e executadas, apesar das dificuldades, incluem o uso do nome social e a introdução de temas no ambiente escolar a partir de formações continuadas para professores.

A tese de Santos (2016) analisou contribuições do currículo da formação docente para a prática pedagógica com gênero e sexualidade na Educação Básica, tendo como campo o curso de Pedagogia da UFPE e duas escolas do ensino básico para realizar observação participante, pesquisa documental, questionário e entrevistas com estudantes-professoras, tomando a análise de conteúdo e o multiculturalismo crítico como abordagem. Percebeu que gênero e sexualidade perpassam o currículo das escolas, materializando-se nas práticas, em interações espontâneas e artefatos culturais, perpassados por silenciamentos e intervenções. O currículo da formação contribui com fundamentos para o trabalho com as diferenças, porém há necessidade de intensificar como conteúdo formativo para sua ressignificação.

A dissertação de Souza (2016) analisou o conceito de entre-lugares no campo dos Estudos Culturais e suas ressonâncias para pensar o



currículo na perspectiva da diferença. A pesquisa tramou a diferença como potência ambivalente, que não cabe nos enquadramentos identitários e em seus lugares demarcados e invisíveis, ainda muito presentes no campo curricular. Força e fragilidade percorrem juntas a diferença e confrontam o por vir dos entre-lugares da diferença no campo educacional, o que se tornou o disparador para pensar na relação ética e estética que atravessa cenas dos personagens para povoar um pensar/filosofar entre a filosofia e a educação de modo a aproximar as questões tratadas.

A dissertação de Santos (2016) elaborou uma metodologia de leitura de textos literários que despertasse o pensamento sobre a identidade sexual dos personagens, realizou uma leitura cultural de contos de Clarice Lispector e observou o processo de recepção de obra pelos alunos da EJA. O trabalho se desenvolveu em uma escola pública de Sergipe, partindo de conceitos relacionados à construção do leitor e que defendem a transitoriedade da identidade. O trabalho buscou ampliar o campo de expectativa dos leitores no que se diz respeito à flexibilidade das identidades sexuais, auxiliar outros docentes a pensarem sobre diversas práticas de leitura para o EJA e inovar a abordagem dos textos literários.

A dissertação de Malta (2016) analisou as contribuições dos jogos eletrônicos para a sensibilização sobre identidade de gênero contextualizada no curso de Pedagogia. O estudo foi feito com seis estudantes de Pedagogia por meio de questionário, observação participante (realizada numa oficina com a aplicação do jogo The Sims 4), entrevistas semiestruturadas, grupo focal e análise de conteúdo. Os resultados demonstram a necessidade da mediação pedagógica para a obtenção dos objetivos, bem como a possibilidade benéfica do uso de jogos eletrônicos na formação dos profissionais da educação para produzir discussões sobre gênero, sexualidade e outras diversidades.

Oliveira (2017) analisou em sua dissertação o funcionamento e atuação das normas de gênero e da heteronormatividade na escola, a partir de referenciais teóricos pós-estruturalistas e dos estudos culturais. Para isso, realizou entrevistas abertas com 16 docentes utilizando a análise do discurso. Apontou que noções essencialistas sobre gênero e sexualidade são acionadas, aprendidas e ensinadas, mediante o atravessamento de discursos, sobretudo biológicos e religiosos, os quais colaboram para a produção de corpos generificados, para dicotomia, e para processos de ensino/aprendizagem que concebem a heterossexualidade como norma e as demais formas de viver a sexualidade como anormais, com poucas experiências de subversões.



Medeiros (2017) analisou concepções docentes e expressões materializadas na prática pedagógica frente ao tema sexualidade e seus desdobramentos na família, nas relações de gênero, nas diversidades sexuais e nas questões biológicas. Assumiu a abordagem histórico-cultural, análise do discurso foucaultiana e etnografia. Apontou que práticas relacionadas ao tema são orientadas pelas concepções pessoais dos docentes e permeadas por crenças por vezes carregadas de preconceitos e/ou estigmas. O discurso docente declara a necessidade de um corpo educado sexualmente, com comportamentos sexuais assépticos, apontando a família como peça-chave para se realizar o processo educativo.

A dissertação de Cavalcante (2017) analisou as discussões em torno da diversidade de gênero e sexual no processo de construção e aprovação do Plano Municipal de Educação de João Pessoa. Analisou leis, diretrizes nacionais, pactos e convenções internacionais, atas, planos, documentos das Conferências Nacional e Municipal de Educação, blogs, sites, vídeos, postagens em redes sociais, notas públicas e técnicas, livros sobre os temas. Os resultados indicam alianças entre os segmentos fundamentalistas e partidos políticos numa direção oposta à Conferência Nacional de Educação, ao princípio da não discriminação e do respeito à diversidade. Apesar disso, a diversidade de gênero e sexual encontrou respaldo normativo para ser trabalhada na escola.

A tese de Vasconcelos (2017) analisou concepções de desenvolvimento infantil e relações de gênero na infância a partir de entrevistas semiestruturadas com 40 mães, 40 pais e 20 educadoras de crianças de 2 e 3 anos da cidade de João Pessoa utilizando a análise de conteúdo de Bardin. Os resultados indicam que mães, pais e educadoras definem meninas e meninos de forma antagônica, sendo que os meninos sofrem mais interferências sexistas. Apontam que pais têm concepções mais sexistas e que famílias de menor nível econômico e educacional são mais rígidas e contribuem menos para equidade de gênero. As interferências nas crianças delimitam quais são as atividades exclusivas de cada sexo, quando manipulam brinquedos e roupas ou expressam comportamentos considerados do sexo oposto.

A dissertação de Torres (2017) averiguou a efetividade de políticas públicas de educação em gênero no município de Cajazeiras-PB, ante a inclusão do Plano Municipal de Educação e outras ações municipais. Utilizou da pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas com representantes de movimentos sociais, do Poder Executivo e



Legislativo e professores, a partir da análise de conteúdo. Apontou que, apesar de avanços na participação de movimentos sociais na política educacional municipal, não existe política pública estruturada sobre as discussões de gênero e diversidade nas escolas, tendo apenas políticas mais abrangentes, em especial ao combate da violência contra a mulher e à discriminação de pessoas LGBT, porém sem efetividade pela falta de apoio do poder público.

A dissertação de Lima (2017) analisou as principais medidas adotadas na Educação que tratam das questões de Gênero e Sexualidades para o enfrentamento da LGBTfobia no Brasil e Uruguai. Utilizou pesquisa documental e de análise de conteúdo na perspectiva de Bardin, concluindo que foram implementadas leis importantes contra a discriminação das pessoas com identidades LGBTs para conquista de direitos assegurados ainda de forma tímida e gradual, no contexto de marcantes transformações em que coexistem forças e esforços pra diminuir a LGBTfobia e vários setores conservadores.

A dissertação de Santos (2017) elaborou um componente curricular sobre atenção à saúde da população LGBT em um curso de graduação em Medicina, a partir de pesquisa-ação junto à comunidade acadêmica da Escola Multicampi de Ciências Médicas da UFRN. O componente curricular foi denominado “Atenção à Saúde da População LGBT”, com carga horária de 45 horas, além de aprovar uma Oficina Pré-congresso sobre a mesma temática realizada no 55º Congresso Brasileiro de Educação Médica, indicando a importância da temática para formação do médico com perfil generalista.

A dissertação de Oliveira Filho (2017) investigou o modo como práticas curriculares de professoras/es funcionam sob a inteligibilidade de uma matriz cultural que sustenta a continuidade natural entre sexo e gênero, coibindo possíveis atravessamentos que perturbem essa ordenação. A partir de observação em salas de educação infantil e entrevistas semiestruturadas com professores responsáveis, concluiu que as práticas curriculares funcionam educando corpos, produzindo sexualidade e gênero “normais”, embora abram brechas para tolerâncias, ambivalências e permissões. Indicou que as práticas curriculares são atravessadas por relações assimétricas de poder, investindo detalhadamente em subjetividade normativa e naturalizante de gênero e sexualidades.

A dissertação de Herrejón (2018) analisou como os discursos



políticos pedagógicos determinam a inserção e retirada dos conceitos sobre diversidade sexual e de gênero no PNE à luz da Análise Crítica de Discurso. Foi evidenciado um contexto polarizado que não se limita ao plano financeiro, mas na forma como as pessoas lidam com a sexualidade, com os corpos, motivo pelo qual se torna oportuna a análise dos discursos que perpetuam formas rígidas de concepção de família e de pautas sobre educação sexual alinhadas a um projeto de desenvolvimento nacional contrário aos postulados de autonomia educacional, capturada pelo sistema capitalista e seus efeitos prejudiciais à democracia e à cidadania.

A dissertação de Silva (2018) investigou fatores relacionados à retirada das questões de gênero e sexualidade do Plano Municipal de Educação de Santa Maria/RN. Na pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três integrantes do Fórum Municipal. Dois focos principais emergiram: o Kit Escola sem Homofobia e “ideologia de gênero”, expressão utilizada por grupos conservadores que associam a destruição da “família natural”. A defesa desse tipo de família, que estaria sendo atacada, e a crença de que o gênero é previamente definido biologicamente, foram determinantes no silenciamento das questões de gênero e sexualidade do texto principal do PME.

A dissertação de Santos (2018) investigou o lugar que as questões de diversidade sexual e de identidade gênero ocupam na gestão das escolas do Ensino Médio da Rede Estadual de Caruaru/PE com aplicação de entrevistas semiestruturadas com gestoras e professores/as, além de pesquisa documental e técnicas de Bricolagem. Apontou que as escolas de Ensino Médio Integral têm maior potencial para tratar questões relacionadas à diversidade sexual e à identidade de gênero do que as de Ensino Médio Regular. A formação continuada dos/as gestores/as escolares não contempla essas discussões, o que se reflete no baixo envolvimento da gestão na promoção de ações de combate à LGBTfobia, aliada às dificuldades enfrentadas por gestores/as que buscam ações, mas não contam com o apoio da Secretaria de Educação de Pernambuco.

Que Dizemos das Pesquisas?

Descrever esse conjunto de pesquisas nos faz perceber quanto o campo de gênero, sexualidade e currículo vem crescendo e se consolidando na área de Educação. Ao fim da análise dos trabalhos, percebemos que tanto os objetos quanto a inspiração teórico-metodológica das pesquisas refletem o desenvolvimento do campo de



estudo e o contexto político que vive o país nas últimas duas décadas, principalmente quanto aos embates relacionados às políticas em educação.

Importante ressaltar que a área de concentração do programa de pós-graduação traz influências sobre os objetos de estudo, porém não de forma a delimitar contrastes que permitam uma distinção analítica. Analisando os trabalhos vinculados a programas de pós-graduação em educação, não encontramos distâncias significativas com os da área de psicologia que possam caracterizar peculiaridades. A maior distinção pode ser observada em trabalhos de programas da área de saúde que abordam educação sexual ou políticas de prevenção.

Gênero foi foco principal de oito trabalhos, os quais estiveram associados principalmente aos papéis de gênero ou construções generificadas nos currículos. A sexualidade enquanto abordagem principal ocorreu em oito trabalhos, ligados à saúde pública, comportamentos sexuais de jovens ou homofobia. A maior parte das pesquisas, vinte e três delas, trazia a sexualidade associada às questões de gênero, indicando como as diversidades ou identidades sexuais e de gênero estão colocadas nos currículos e/ou a problemática causalidade entre o gênero e heteronormatividade compulsória que rege a normatização curricular.

Os conceitos de gênero e sexualidade aparecem geralmente ligados à caracterização ou construção de identidades, identificação/contestação de certos papéis de gênero e à defesa da diversidade. A partir de 2009, a diferença começa a ser referida, ainda timidamente e como complemento da identidade em três das pesquisas para só em 2016, no trabalho de Souza (2016), ter um protagonismo que se desloca do essencialismo das identidades ou do ponto referencial de onde partem as diversidades para se direcionar à multiplicidade da diferença. Assim também assinalam Baltazar e Marcello (2018, p. 8) ao identificarem que o campo brasileiro da educação vem se distanciando de:

uma perspectiva de que gênero e sexualidade são algo que possuímos naturalmente, em direção à ideia de como, antes, a cultura nos sugere, anuncia e promove modos de fazer-se homens e mulheres, bem como possibilidades de experienciar o desejo sexual.

Apesar dessa tendência, ainda é a identidade, ou identidades de gênero e sexuais, a principal base conceitual nos trabalhos. Nossos achados vão ao encontro dos resultados expostos no trabalho de Silva (2015), descrito aqui nessa seleção, que aponta a utilização da identidade



como conceito que embasa as construções de gênero dos referenciais teóricos ancorados predominantemente no campo dos Estudos Culturais, pós-estruturalismo e estudos feministas. No caso da pesquisa citada, como o objeto envolvia a educação infantil, apareceu também a Sociologia da infância.

A produção acadêmica que inclui gênero e sexualidade aumentou na última década de análise, considerando que o levantamento foi realizado em 2019. O que vemos é que a intensificação da produção está aliada à emergência dos Estudos Culturais e das teorias pós-críticas e pós-estruturalistas no campo do currículo. Silva (2005), ao apresentar historicamente os discursos ou teorias no campo do currículo, mostra que as teorias pós-críticas ampliam e modificam o que as teorias críticas postularam, expandindo o mapa do poder para incluir processos de dominação centrados na raça, etnia, gênero e sexualidade, não limitando a análise do poder ao campo das relações econômicas do capitalismo.

A partir disso, as relações que são colocadas na produção, consolidação e reformulação de currículos e políticas curriculares podem ser vistas por outros vieses como o do gênero e da sexualidade enquanto dispositivos de poder. Isso se demonstra nas perspectivas teóricas adotadas nas pesquisas aqui elencadas, que em sua maioria, 21 trabalhos, estão embasadas nos Estudos Culturais e/ou nas citadas teorias pós. As demais se ancoram em teorias críticas de currículo ou o vê por uma perspectiva mais tradicional e positivista. A perspectiva teórica implica na forma de conceituar o currículo, que pode aparecer enquanto artefato cultural que produz sujeitos e normas, instrumento de poder e reprodução social, ou ainda conjunto de conteúdos e valores que são transmitidos especialmente na escola.

Toda essa complexidade teórica e metodológica expressa no campo das pesquisas em gênero, sexualidade e educação já vem sendo reconhecida em outros meios de publicação e divulgação nessa temática. Para Ribeiro e Xavier-Filha (2013, p. 11), os grupos de estudos e de pesquisa fazem parte de uma “rede de conhecimento que se caracteriza pela multiplicidade, pela complexidade e pela provisoriade que nos marcam como pesquisadoras e pesquisadores nos campos dos conhecimentos teóricos e políticos em sexualidade, gênero e educação”.

No Nordeste há 22 grupos ativos e atualizados, em um universo de 45 grupos nacionais (FELIX, 2018). Esse número é expressivo, principalmente se considerarmos que, enquanto outras regiões haviam



iniciado décadas antes, no Nordeste só foram impulsionados no início da década de 1990, a partir da criação da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero-REDOR (CARVALHO, FREITAS, SILVA, 2015).

Dois enfoques se destacam nas produções analisadas: gênero e sexualidade em práticas curriculares na escola e gênero e sexualidade nas políticas públicas nacionais, currículos estaduais e municipais. Além dessas, há pesquisas de análises/levantamento dos discursos midiáticos ou acadêmicos acerca dos temas e abordagens a currículos de espaços não-formais de ensino ligados à juventude e/ou educação em saúde. A maioria das pesquisas selecionadas aborda seus objetos tendo a associação entre gênero e sexualidade como lente principal da análise. Estão em menor número as que acionam gênero e sexualidade de forma secundária na relação com outros objetos centrais como tolerância, bullying, violências e práticas de subjetivação.

Nos dois enfoques principais que destacamos nos trabalhos, apresenta-se uma mesma trajetória composta por três movimentos: o início das discussões que incluem gênero e sexualidade na abordagem aos currículos no Brasil – o delinear do campo; o desenvolvimento e complexificação dos conceitos e a ênfase na necessidade de rever os currículos diante de “novas” demandas sociais - os primeiros passos; e a análise das disputas, ou da reação, em torno da inclusão destas discussões nos currículos e nas políticas – a contestação.

Esses dois últimos movimentos ficam mais evidentes quando observamos que entre 2006 e 2016 há uma ênfase em pesquisas que analisam políticas públicas e currículos “oficiais” de estados e municípios, o que foi motivado pela previsão, no Plano Nacional de Educação de 2001, de que abordagens tais como gênero e educação sexual estivessem asseguradas nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes. O terceiro movimento vem à tona mais fortemente a partir de 2017 quando na aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foram retirados os termos gênero e orientação sexual de trechos específicos do documento como resultado de disputas políticas e sociais, nas quais o conservadorismo teve destaque. A partir daí, as pesquisas se concentraram nos debates, nos discursos e nas forças que conduziram e influenciaram os processos de discussão e aprovação de currículos oficiais.

Os achados aqui descritos coadunam as conclusões a que



chegaram Cardoso et. al. (2019) ao analisarem leis, diretrizes e bases nacionais no que se refere a gênero. A partir desses documentos, as autoras delinearão etapas não estanques que marcam a tentativa de inscrição de diversos grupos em políticas que buscaram o direito ao acesso e à permanência na educação de sujeitos historicamente marginalizados, a partir de que houve um segundo movimento das políticas educacionais pautado em um esforço de minimizar as desigualdades a partir de marcadores culturais. Porém, a pouca problematização das matrizes discursivas de produção das desigualdades (de classe, de gênero, de sexo ou de etnia), abriu brechas para a intervenção da onda conservadora nessas políticas ainda tão frágeis, resultando nesse terceiro movimento de retrocessos nas mais recentes normativas.

As pesquisas dos últimos anos aqui analisadas se mostram “engajadas” em recuperar um espaço ainda não conquistado, reforçando a necessidade de discutir como as questões de gênero e sexualidade estão colocadas nos currículos, o que movem e produzem em termos de normalização, exclusão, preconceito e desigualdade. A produção de desigualdades está impressa nos resultados das produções, mesmo as que não citam diretamente isso, indicando que entre todos os itens analisados e apresentados são os resultados das pesquisas e as conclusões a que chegam que demonstram maiores similaridades.

Em quase todos os trabalhos os resultados apontam para o currículo como artefato implicado na produção de corpos e sujeitos generificados, a partir da assunção do binarismo homem/mulher, tendo a masculinidade com referência e a heteronormatividade como padrão que torna os sujeitos legítimos em sua sexualidade. Ainda que não se apropriem desses conceitos e bases teóricas, como ocorre principalmente nos trabalhos da primeira década analisada, as conclusões a que chegam vão nessa direção, o que realça as cores que estampam a importância desses debates no campo acadêmico e educacional para a produção de outras formas de viver e produzir currículos.

Considerações Finais

A partir desse mapeamento observamos que mesmo com o considerável aumento de trabalhos nos últimos dez anos chegando ao ápice em 2017, se comparado ao cenário nacional, a região Nordeste ainda tem um número reduzido de pesquisas. Algo que predomina nesses trabalhos é a ênfase na necessidade de discutir como as questões de



gênero e sexualidade estão colocadas nos currículos, produzindo normalização, exclusão, preconceito e desigualdade. Revelam também a necessidade de discutir as políticas públicas curriculares, fomentar a formação de professores e alterar as práticas pedagógicas no sentido de contribuir para produzir currículos que considerem o gênero e a sexualidade de maneira mais inclusiva, abrangente ou menos normativa.

Os conceitos de gênero e sexualidade transitaram por identidades sexuais e de gênero, diversidade e, mais recentemente, performatividade e heteronormatividade compulsória que rege a normatização curricular, deslocando timidamente a partir de 2009 para a multiplicidade da diferença. Quase a totalidade das pesquisas apontam o currículo como artefato implicado na produção de corpos e sujeitos generificados e reivindicam a desnaturalização das identidades de gênero e sexual e o reconhecimento da heterocisnormatização dos modos de existir, sobretudo da experiência trans, que notamos poucos trabalhos retratam.

Este mapeamento pode contribuir com outros/as pesquisadores/as na área do currículo, gênero e sexualidade na busca por objetos de interesse comum ou novas possibilidades de pesquisa, apresenta as lacunas, as potencialidades e as tendências da pesquisa na área, delinea o caminho que o campo tem percorrido e a forma como vem se transformando, desenhando um panorama que pode ajudar a dar visibilidade e força, principalmente dentro da região Nordeste, a um campo de estudo que tem sido tão contestado atualmente.

Referências

BALTHAZAR, Gregory S.; MARCELLO, Fabiana A. Corpo, gênero e imagem: desafios e possibilidades aos estudos feministas em educação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, p. 1-23, 2018.

BARREIRA, Marília Maia L. *Heteronormatividade e homofobia na educação básica pública*. Dissertação - Programa de psicologia, UNIFOR, 2015.

BARROS, Daniela T. *A experiência travesti na escola: entre nós e estratégias de resistências*. Dissertação - Programa de psicologia, UFPE, 2014.

BELARMINO, Natália M. *Os Cadernos Escolares que 'Falamos': Artefato de Subjetivação de Gênero e Sexualidade*. Dissertação - Programa de educação, UFPE, 2015.



BISPO, Jorge S. *Construindo a masculinidade na escola: o colégio Antonio Vieira (1911-1949)*. Dissertação - Programa de História, UFBA, 2004.

CARDOSO, Livia de R.; GUARANY, Ann Letícia A.; UNGER, Lynna G. S.; PIRES, Manuella A. Gênero em Políticas Públicas de Educação e Currículo: do Direito às invenções. *Revista E-Curriculum* (PUCSP), Vol. 17, 2019 pp. 1458-1479.

CARVALHO, Maria Eulina P. de; FREITAS, M. J. T.; SILVA, K. I. L. Origens e desafios dos núcleos de estudos de gênero na educação superior no Norte e Nordeste do Brasil. In: *37ª Reunião Nacional da ANPEd*. Florianópolis, 2015.

CASTRO, Célia de. *Fazendo gênero: reprodução/desconstrução das relações de gênero na educação familiar e escolar*. Dissertação - Programa de Sociologia, UFPB, 1999.

CAVALCANTE, Joel Martins. *Ideologia de Gênero no Plano Municipal de Educação de João Pessoa (2015-2025)*. Dissertação - Programa de educação, UFPB, 2017.

DANTAS, Maria da Conceição C. *Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é: o performativo curricular - na análise de torpedo um vídeo do Kit Escola sem homofobia*. Tese - Programa de educação, UFBA, 2014.

DUARTE, Maria Leuca T. *Escola: lugar político da diversidade sexual e de gênero*. Tese - Programa de ciências sociais, UFRN, 2015.

FÉLIX, Jeane. Gênero, Sexualidade e Educação na produção de conhecimento dos Grupos de Pesquisa em educação do Nordeste. In: RODRIGUES, Ana Cláudia da S.; SEVERO, José Leonardo R. de L. *Diálogos interdisciplinares e temas emergentes na produção do conhecimento em educação*. João Pessoa: Editora CCTA, 2018 pp. 159-178.

FERREIRA, Norma Sandra de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002.

GOMES, José Cleudo. *Direitos humanos, educação e cidadania LGBT: uma análise das ações do programa Brasil sem homofobia em João Pessoa/PB*. Dissertação - Programa de educação, UFPB, 2016.



HERREJÓN, Elvira Mejía. *Discurso político pedagógico sobre diversidade sexual e de gênero na perspectiva do Plano Nacional de Educação*. Dissertação - Programa de Língua e Cultura, UFBA, 2018.

JOCA, Alexandre M. *Levados por anjos: modos de vida, educação e sexualidade juvenis*. Tese - Programa de Educação Brasileira, UFC, 2013.

LIMA, Márcio da Silva. *Políticas de educação que tratam de gênero e sexualidades na América Latina: um estudo sobre Brasil e Uruguai*. Dissertação - Programa de Educação Contemporânea, UFPE, 2017.

MALTA, Aline R. *Games e Gênero: As contribuições dos jogos eletrônicos na formação dos pedagogos*. Dissertação - Programa de Educação Matemática e Tecnológica, UFPE, 2016.

MEDEIROS, Jarles Lopes. *A escola e os professores diante da problemática da sexualidade: uma perspectiva histórico-sociológica de análise dos discursos e das práticas educacionais*. Dissertação - Programa de Educação Brasileira, UFC, 2017.

MICHELS, Eduardo. *RELATÓRIO GGB 2018*. População LGBT Morta no Brasil. 2019 Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acessado em 16 set. 2018

MOURÃO, Lorrana Caliope. *As práticas de preconceito e de tolerância no contexto escolar: o outro como questão*. Dissertação - Programa de psicologia, UFC, 2015.

NASCIMENTO, Talita Maria César. *O Bullying na escola: uma análise do discurso da mídia impressa pedagógica*. Dissertação - Programa de educação, UFPE, 2015.

OLIVEIRA, Anna Luiza A. M. de. *O discurso pedagógico pela diversidade sexual e sua (re)articulação no campo escolar*. Tese - Programa de Educação, UFPE, 2009.

OLIVEIRA, Cristiano José de. *Escola religiosa e produções de subjetividades: relações de gênero e sexualidade em um currículo escolar*. Dissertação - Programa de educação, UFS, 2016.

OLIVEIRA FILHO, João Batista de. *Pedagogia dos corpos: gênero e sexualidade em práticas curriculares de dois CMEI da cidade do Natal-RN*. Dissertação - Programa de educação, UFRN, 2017.



PARAÍSO, Marlucy A. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Vol. 34, n.º.122, pp. 283-303, 2004.

RIBEIRO, Cláudia Maria; XAVIER FILHA, Constantina. Trajetórias teórico-metodológicas em 10 anos de produção do GT 23. In: 36a. *Reunião Anual da Anped*. Trabalho encomendado: 2013.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte”. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

OLIVEIRA, Danilo A. de. *Normas de gênero e heteronormatividade em uma escola de educação básica em Aracaju (SE)*. Dissertação - Programa de educação, UFS, 2017.

SANTOS, Fábio S. *Letramento Literário na EJA/EF: como abordar a ambiguidade sexual nos contos de Clarice Lispector*. Dissertação - Programa profissional de Letras, UFS, 2016.

SANTOS, Êmerson S. *(Des)respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero em escolas de Caruaru – PE*. Dissertação - Programa de educação contemporânea, UFPE, 2018.

SANTOS, Giordano Bruno S. dos. *Elaboração de um componente curricular sobre atenção à saúde da população LGBT em um Curso de Graduação em Medicina*. Dissertação - Programa de Ensino na Saúde, UFRN, 2017.

SANTOS, Maria do Carmo G. *As contribuições do currículo da formação para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na educação básica*. Tese - Programa de educação, UFPE, 2016.

SANTOS, Sheila Milena P. dos. *Graduação em Enfermagem: um olhar sobre o currículo na perspectiva de gênero*. Dissertação - Programa de Educação, UFPB, 2011.

SILVA, Darlene S. *Infância Roubada: memórias de empregadas domésticas no trabalho e na educação escolar*. Dissertação - Programa de Educação, UFMA, 2010.

SILVA, Jansen Carlos V. da. *Embates sobre questões de gênero e sexualidade no Plano Municipal de Educação de Santa Maria/RN*. Tese - Programa de educação, UFRN, 2018.

SILVA, Francisca Jocineide da C. e. *Análise da produção científica brasileira sobre relações de gênero na educação infantil*. Dissertação – Programa em Educação - UFPB, 89 f, 2015.



SILVA, Patrícia Karla F. *Educação escolar indígena: uma análise a partir da perspectiva da sexualidade e gênero no município indígena de Baía da Traição/PB*. Dissertação – Programa de Serviço Social, UFPB, 2010.

SILVA, Rafaella de S. *Gênero e sexualidades em intersecção e mo(vi)mento no cenário escolar Cubatiens*. Dissertação - Programa de história, UFCG, 2014.

SILVA, Tomaz. T. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, Vilma Maria da. *Percepções de adolescentes escolares sobre a iniciação sexual*. Dissertação - Programa de Saúde da Criança, UFPE, 2013.

SOUSA, Bernardina S. A. de. *As relações de gênero nas políticas públicas de educação no município de Belo Jardim-PE*. Dissertação - Programa de Educação, UFPE, 2006.

SOUZA, Camila Cláide O. de. *Entre deuses e humanos: entre-lugares da diferença na trama curricular*. Dissertação - Programa de educação, UFPA, 2016.

SOUZA, Vandelúcia de Fátima F. de. *Uma cartografia do Ficar entre os adolescentes*. Dissertação - Programa de educação, UFPB, 2010.

TORRES, Victor de Saulo Dantas. *Educação em direitos humanos e o debate de gênero no sistema público de ensino básico de Cajazeiras-PB*. Dissertação - Programa de em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, UFPB, 2017.

UZÊDA, Sheila de Q. *Identidade feminina e sexualidade na concepção de mulheres com síndrome de Down: educação sexual como caminho para a construção de maior autonomia*. Dissertação - Programa de Educação, UFBA, 2006.

VASCONCELOS, Dalila C. *Concepções de mães, pais e educadoras sobre desenvolvimento infantil e gênero*. Tese - Programa de Psicologia Social, UFPB, 2017.



VASCONCELOS, Francisco Ullissis P. e. *Heteronormatividade e educação infantil: uma análise a partir da feminização do ensino*. Dissertação - Programa de psicologia, UNIFOR, 2014.

VERAS NETO, Amaury. *Com a delicadeza necessária: O discurso de gênero e sexualidade em livros de literatura infantil*. Dissertação - Programa de educação, UFPE, 2015.

WAISELFISZ, Júlio J. *Mapa de Violência 2015*. Homicídios de Mulheres no Brasil. 2015. Em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

Género, sexualidad y currículum: mapeo de la investigación académica en el Noreste de Brasil

Resumen: En vista del contexto conservador actual y la exclusión de género de las políticas públicas, es fundamental que la educación realice investigaciones sobre este tema en todos los espacios y niveles educativos. El objetivo de este artículo es mapear la investigación en educación sobre género, sexualidad y currículum producidos en los programas de posgrado *stricto sensu* en la región Noreste de Brasil, presentes en la plataforma digital BDTD. En la categoría currículum, en la que nos centraremos en este artículo, encontramos 39 estudios que tienen como objeto de estudio una intersección del objeto de investigación en currículum con el género y la sexualidad. En general, la investigación incluyó prácticas educativas, elementos de las estructuras curriculares, sus objetivos educativos, contenidos, discusiones sobre el papel de la escuela y la universidad y evaluación de documentos como PCN y BNCC. Abordaremos estos elementos a lo largo del artículo, una descripción de la investigación y sus contribuciones al área.

PALABRAS CLAVE: Género. Sexualidad. Currículum.

Linda Brasil Azevedo SANTOS

Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Licenciada em Letras Francês-Português pela Universidade Federal de Sergipe. Militante transfeminista e Presidenta da CasAmor.

Ann Letícia Aragão GUARANY

Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Mestra em Educação e Licenciada em Ciências Biológicas - Universidade Federal de Sergipe.

Lívia de Rezende CARDOSO

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e do Departamento de Biologia (DBI) da Universidade Federal de Sergipe. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Recebido em: 19/07/2020

Aprovado em: 04/02/2021